

ACTA NÚMERO 45/X/ 4.^a SL

Aos 11 dias do mês de Novembro de 2008, pelas 18:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- I- Debate sobre o Projecto de Resolução nº 383/X - Recomenda ao Parlamento Europeu a Adopção de um conjunto de medidas a inserir na Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece regras comuns para o regime de apoio directo aos agricultores no âmbito da PAC e Institui determinados regimes de apoio aos agricultores. Apresentação, apreciação e votação nos termos Lei nº 43/2006 e no âmbito do processo de escrutínio das iniciativas europeias, da: - COM (2008) 306 Final - "Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece regras comuns para o regime de apoio directo aos agricultores no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores"

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS) iniciou a reunião e, no âmbito do ponto 1 da Ordem de Trabalhos explicou que a iniciativa COM (2008) 306 havia fundamentado a apresentação de um Projecto de Resolução (PJR 383/X/4) por vinte e nove deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), a 26 de Setembro de 2008.

Acrescentou que, o referido PJR, para além de ter baixado à Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (6.^a CAEIDR), baixara, igualmente, à Comissão de Assuntos Europeus (CAE), *para efeitos de compatibilização com os procedimentos em curso, quanto à mesma proposta de regulamento.*

Continuou a sua intervenção, referindo que, na sequência do referido Despacho, a CAE procedera à distribuição, para elaboração de Parecer de escrutínio nos termos da Lei 43/2006 de 25 de Agosto, da proposta de Regulamento COM (2008) 306 final, Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores.



Por fim, o Senhor Presidente referiu que a apreciação do Parecer do Senhor Deputado Jorge Varanda (PSD) sobre a COM (2008) 306 ocorreria em simultâneo com a discussão do PJR 383/X/4 e que, no final, apenas o Parecer seria votado, sendo o PJR remetido ao plenário, nos termos do art.º 128º do Regimento da Assembleia da República (RAR).

De seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Varanda (PSD), para apresentação do Parecer sobre a COM (2008) 306. Terminada a apresentação do Parecer, iniciou-se o debate sobre o seu conteúdo, assim como sobre o PJR 383/X/4, que ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Deputado Carlos Lopes (PS) apresentou os fundamentos e motivação dos proponentes do PJR, salientando que o GP-PS pretendia uma Política Agrícola Comum (PAC) mais justa e solidária para os agricultores.

Das várias medidas recomendadas no PJR, o Senhor Deputado destacou a manutenção das ajudas aos agricultores com menos de 1 ha ou menos de 250 euros/ano, relembrando a necessidade de apoiar os pequenos agricultores. Referiu-se, igualmente, à isenção de aplicação da modulação a beneficiários que recebam menos de 7.000 euros, à fixação de um limite máximo de atribuição de ajudas directas e ao estabelecimento de uma taxa de modulação progressiva indexada ao montante financeiro a receber, bem como ao aumento anual das quotas leiteiras.

Apresentada a iniciativa, tomou a palavra o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP), que salientou a importância para a Europa e, em particular, para Portugal, da revisão da PAC.

Acrescentou que esta não se afigura favorável aos pequenos agricultores, preocupação partilhada por todos os GP e não apenas pelo GP-PS, revestindo a matéria inegável interesse nacional.

Salientou que, no entanto, tinha sérias dúvidas quanto à admissibilidade do PJR, cujo destinatário era o Parlamento Europeu e não o Governo. Sugeriu que a questão pudesse ser suscitada à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1ª CACDLG).



Terminou a sua intervenção, felicitando o Deputado Jorge Varanda (PSD), pelo Parecer de escrutínio elaborado sobre a proposta de Regulamento COM (2008) 306, cujo conteúdo originou o PJR em debate.

Interveio na discussão o Senhor Deputado Mário David (PSD) referindo que, antes da aprovação do PJR, se deveria promover uma audição com o Ministro da Agricultura sobre esta matéria.

A ideia da realização de uma audição com o Ministro da Agricultura foi corroborada pelo Senhor Deputado Luís Pais Antunes (PSD). Quanto à questão da admissibilidade do PJR suscitada pelo Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP), referiu que, embora não vislumbrasse qualquer limitação jurídica ao facto do PJR se dirigir ao PE, não fazia grande sentido do ponto de vista político, devendo o destinatário da iniciativa ser o Governo, na sua qualidade de membro do Conselho da União Europeia.

O Senhor Deputado Carlos Lopes (PS) explicou que havia alguma urgência na aprovação do PJR, uma vez que a apreciação da proposta de regulamento se encontrava já agendada no PE para o próximo dia 18 de Novembro.

Na sequência desta intervenção, tomaram a palavra os Senhores Deputados Mário David (PSD) e Jorge Tadeu Morgado (PSD), referindo que a matéria em análise transcendia a esfera partidária, sendo de lamentar que, tendo a iniciativa sido transmitida pela Comissão Europeia no final de Maio, a Assembleia da República não tivesse preparado o seu escrutínio de forma mais atempada.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) reiterou este entendimento, chamando a atenção para o facto de não haver sessões plenárias agendadas até ao final de Novembro, devido ao debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2009. Acrescentou que, por esse facto, seria difícil votar o PJR em tempo útil, considerando o agendamento da matéria no PE.

O Senhor Presidente referiu que partilhava algumas das dúvidas suscitadas pelos intervenientes no debate. Acrescentou que, no entanto, o papel da CAE, neste processo, se limitava à compatibilização do PJR com os procedimentos de escrutínio da proposta de regulamento.



Lembrou que à CAE apenas cabia votar o Parecer de escrutínio da proposta de regulamento, enquanto o PJR, só seria discutido em Comissão, nos termos regimentalmente aplicáveis.

Mencionou, ainda que, nos termos da interpretação da Conferência de Presidentes ao art.º 128º do RAR, o teor da discussão sobre o PJR seria vertido em informação a enviar a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República, que, deste modo, tomaria conhecimento das dúvidas suscitadas pelos diversos intervenientes.

Acrescentou que, de acordo com a Lei 43/2006 de 25 de Agosto, os Pareceres da CAE são enviados ao Governo (através do Gabinete de Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República) pelo que, pelo menos através do Parecer, seria possível o Governo ter conhecimento do conteúdo do PJR e da preocupação da Assembleia com a matéria em causa.

Neste contexto, sugeriu que se procedesse à votação do Parecer de escrutínio sobre a COM (2008) 306, remetendo-se o referido Parecer, bem como a informação sobre a discussão do PJR 383/X/4 (PS) a sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República.

A metodologia mereceu o acordo de todos os presentes.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) desejou que ficasse exarado em acta que as reservas expressas quanto à admissibilidade do PJR se prendiam com questões jurídicas e formais e não com o conteúdo do referido PJR.

Os Considerandos e Conclusões do Parecer elaborado pelo Senhor Deputado Jorge Varanda (PSD) sobre a proposta de Regulamento COM (2008) 306 foram aprovados por unanimidade dos GP presentes (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Com a votação do referido Parecer concluiu-se a discussão do PJR 383/X/4 (PS), tendo sido acordado remeter a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembleia da República, para os efeitos tidos por convenientes, o Parecer elaborado pelo Senhor Deputado Jorge Varanda (PSD), o PJR 383/X/4, bem como a informação contendo síntese da discussão efectuada em sede de Comissão, a 11 de Novembro de 2008.



Passou-se então ao ponto dois da Ordem de Trabalhos:

1. Distribuição dos Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia

Foram distribuídas as seguintes iniciativas para nomeação de relator:

Ao GP- PS:

- **COM (2008) 519 Final e SEC 2380** - Parecer sobre o Relatório anual das actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia em 2007.

- **COM (2008) 526 Final** - Parecer sobre a "Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, relativa à metodologia e mandato a utilizar na revisão a efectuar por peritos independentes sobre as estruturas e mecanismos do Conselho Europeu de Investigação"

- **COM (2008) 534 Final** - Parecer sobre a - Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Uma Estratégia Europeia para a Investigação Marinha, Um quadro coerente no âmbito do Espaço Europeu da Investigação para apoio à utilização sustentável dos oceanos e mares.

Ao GP- PSD:

(Foi indicado o Senhor Deputado Jorge Tadeu Morgado)

- **COM (2008) 588 Final** - Parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu «Um Quadro Estratégico Europeu para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional».

Distribuídos os Pareceres, iniciou-se o ponto três da OT:

Apresentação, apreciação e votação do Parecer da CAE elaborado no âmbito do processo de escrutínio das Iniciativas da Comissão Europeia

- **COM (2008) 196** - Proposta de decisão do Conselho relativa à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II);



- **COM (2008) 197** - Proposta de regulamento do Conselho relativo à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

O Parecer sobre as COM (2008) 196 e 197, elaborado pelo Senhor Deputado Honório Novo (PCP) foi aprovado por unanimidade dos GP presentes, (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

- **COM (2008) 473 final** - Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu que expõe as actividades do Conselho Europeu de Investigação e a realização dos objectivos estabelecidos no Programa Específico "Ideias", em 2007.

O Parecer sobre a COM (2008) 473, elaborado pelo Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) foi aprovado por unanimidade dos GP presentes, (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

- **COM/2008/0468 Final - SECs 2281 e 2282** - "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões para uma programação conjunta em investigação: Trabalhar em conjunto para enfrentar mais eficazmente os desafios comuns"

O Parecer sobre a COM (2008) 468 e SECs 2281 e 2282, elaborado pelo Senhor Deputado José Freire Antunes (PSD) aprovado por unanimidade dos GP presentes, (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

-**COM (2007) 477 Final** - "Proposta de Decisão do Conselho relativa à assinatura de um acordo entre a Comunidade e a Confederação Suíça no domínio do audiovisual, que estabelece os termos e as condições de participação da Confederação Suíça no programa comunitário MÉDIA 2007, bem como uma Acta Final".

O Parecer sobre a COM (2007) 477, elaborado pela Senhora Deputada Isabel Pires de Lima (PS) foi aprovado por unanimidade dos GP presentes, (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Terminada a aprovação dos Pareceres, iniciou-se o ponto quatro da OT:



4 - Apresentação, apreciação do Relatório da Participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar sobre Europa: Migração e integração - Bruxelas, Parlamento Europeu, 10 e 11 de Setembro de 2008.

O Senhor Deputado Jorge Tadeu Morgado (PSD) agradeceu ao Dr. Bruno Pinheiro, assessor da CAE, o apoio prestado durante a reunião, bem como na elaboração do Relatório de participação.

Frisou que o interesse da reunião residiu mais nas intervenções individuais e no debate ocorrido, do que nas conclusões finais. Salientou a dificuldade de se conseguir chegar a políticas de migração uniformes.

A Senhora Deputada Isabel Pires de Lima (PS) referiu que a sua leitura da reunião era coincidente com a do colega do PSD, realçando, igualmente, a disparidade de entendimentos sobre este tipo de políticas no seio da UE.

Apresentado o relatório, a reunião continuou com o ponto cinco da OT:

5 - Apreciação e Votação de Actas.

Foram aprovadas as actas nºs 36 a 40 por unanimidade dos GP presentes, (PS, PSD e CDS-PP), registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 Novembro 2008.

O PRESIDENTE

(VITALINO CANAS)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alcídia Lopes
Carlos Lopes
Honório Novo
Isabel Pires de Lima
Jacinto Serrão
Jorge Tadeu Morgado
Jorge Varanda
José Freire Antunes
Luís Pais Antunes
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Manuel Oliveira
Mário Santos David
Nuno Magalhães
Umberto Pacheco
Vitalino Canas
Zita Seabra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Manuel Maria Carrilho
Nuno Antão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Semedo